

# **As greves por fora do sindicato nas obras das UHE de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte**

*Cauê Vieira Campos<sup>1</sup>*

## **INTRODUÇÃO**

Nos primeiros dias do início de seu segundo mandato, o então presidente Lula (PT) lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o qual, apesar das divergências na literatura sobre o tema, tinha por objetivo “quebrar os gargalos” que travariam o desenvolvimento econômico e social do país. Assim, através, principalmente, de investimentos públicos, facilitação ao crédito pelo BNDS e investimento privado, se realizaria diversas obras de infraestrutura pelo país. Desta forma, deveria se investir em estradas, ferrovias, portos, aeroportos, usinas hidrelétricas e termoelétricas, no petróleo e em infraestruturas para a população.

O primeiro PAC durou até dezembro de 2010 e teve como previsão orçamentaria o investimento total de R\$ 619 bilhões até 2010<sup>2</sup>. Após a eleição de Dilma Rousseff (PT) foi lançado o PAC 2, com objetivo de se encerrar no fim de 2014, mas isso não ocorreu na prática, já que ainda há obras não concluídas. A segunda versão do programa é mais robusta que o primeiro programa: até o fim de 2014 investiu R\$ 1066 trilhão, e mais R\$ 247 bilhões após este ano, totalizando R\$ 1303 trilhão.

Assim, neste cenário, o Brasil foi marcado por diversas obras em todas as regiões, principalmente os grandes projetos<sup>3</sup>, como COMPERJ<sup>4</sup>, Suape<sup>5</sup>, portos, aeroportos, os estádios da Copa do Mundo – e, o que é foco deste artigo, as Usinas Hidrelétricas (UHE) de Belo Monte, Jirau e Santo Antonio. Mais do que isso, em 2011 e 2012, o país foi marcado pelas greves nestas obras. Assim, milhares de operários da construção mobilizaram-se contra as condições de trabalho, salário e vida nos canteiros de obras. As greves na construção ultrapassaram as obras do PAC e atingiram, também, a construção leve<sup>6</sup>, em cidades como Belém (Pará) e Fortaleza (Ceará). Este cenário fez com que a

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas.

<sup>2</sup> Fonte: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/6c57986d15d0f160bc09ac0bfd602e74.pdf>

<sup>3</sup> Para entender o conceito de “grandes projetos”, ver Ribeiro, 1991 e 2008.

<sup>4</sup> Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro

<sup>5</sup> Complexo Industrial Portuário de Suape

<sup>6</sup> A grosso modo se divide o setor de construção, em leve e pesada, sendo a primeira a construção prédios e pequenas estruturas nas áreas urbanas, e a pesada seria as grandes obras de infraestrutura.

FENATRACOP<sup>7</sup> anunciasse que 580 mil trabalhadores do setor fizeram greve em 2011 e mais de 500 mil trabalhadores no ano seguinte<sup>8</sup>.

Estas greves foram marcadas por uma especificidade muito grande, diferente das greves “tradicionais” que são iniciadas e dirigidas pela direção sindical, muitos desses movimentos iniciaram-se por fora do sindicato e até a contragosto da direção oficial. O que acabou por levar, em certa medida, os trabalhadores a estabelecerem um performance de enfrentamento próprio, por diversas vezes, recorrendo a destruição e incêndio de estruturas e máquinas das obras. Além disso, estas greves também foram marcadas pela repressão das forças do Estado brasileiro, através da Polícia Militar (PM) dos estados envolvidos e a Força de Segurança Nacional (FSN). Isto nos levou, em nossa pesquisa de mestrado, a diferenciar as greves “tradicionais” das “greves com rebelião”. Assim, essa diferenciação se dá exatamente por quem assume a liderança política e organizativa do movimento de confrontação.

Com o objetivo de entender esse crescimento das greves no setor da construção civil no último período do Brasil e as especificidades destes movimentos, adotamos o estudo de um caso que possa ser exemplar e que através do qual possamos tirar conclusões mais generalizantes. Assim, o objeto do trabalho são as greves com rebelião operária acontecidas nas obras das UHE de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte<sup>9</sup> no período de 2011 e 2013, o que perfaz três confrontos em Belo Monte e dois nas obras de Porto Velho.

## **AS GREVES**

Em nossa pesquisa de mestrado tivemos um objeto de estudo maior, abordando todos os processos grevistas ocorridos nessas obras. Independentemente de serem organizadas pela direção sindical ou não. Inclusive, isto foi importante para que pudéssemos comparar as diferenças existentes entre as greves “tradicionais” e as greves com rebelião operária. Neste trabalho, focaremos, especificamente, naquelas que aconteceram por fora da estrutura sindical, e as caracterizamos como greves com rebelião. Exatamente por possuir características específicas e permitir um importante diálogo com o regime de trabalho. Assim, temos como objeto de trabalho as greves com rebelião

---

<sup>7</sup> Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada.

<sup>8</sup> Fonte: <http://fsindical.org.br/midias/arquivo/b7ad40c7ceaa81105d870c9c6793e0f7%201.pdf>.

Acessado em 17/3/2016

<sup>9</sup> Abordamos de forma conjunta os confrontos existentes nestas três obras por perceber a unidade entre eles, tanto de trabalhadores que participaram das greves nas obras de Porto Velho e também em Belo Monte, quanto influências no repertório adotado.

operária acontecidas nas obras das UHE de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte no período de 2011 e 2013, o que perfaz três confrontos em Belo Monte e dois nas obras de Porto Velho.

Na definição corrente <sup>10</sup>, por exemplo, na utilizada pelo Sistema de Acompanhamento de Greve do DIEESE, todos os confrontos políticos abordados neste trabalho constituem greves, afinal são trabalhadores paralisando coletivamente a produção por alguma pauta de reivindicação, porém, esta definição ampla e genérica pouco nos ajuda na compreensão dos fenômenos que pretendemos estudar. Portanto, ao separarmos estas greves em dois tipos, buscamos maior precisão e exatidão no relato. Estes confrontos diferenciam-se dos demais pelo fato de as lideranças não pertencerem à direção do sindicato responsável pela representação dos trabalhadores. Assim, a diferenciação entre as greves tradicionais e as greves com rebeliões se dá exatamente por quem assume a liderança política e organizativa do movimento de confrontação. Enquanto as greves tradicionais são lideradas por indivíduos com experiência em outros movimentos sindicais e sociais, as greves com rebelião são resultado da explosão em fúria dos trabalhadores a partir de momentos de profundo desgaste com as relações de trabalho, salário e vida nos canteiros de obras. Estas explosões são canalizadas por lideranças surgidas do próprio movimento quase que automaticamente em resposta a uma necessidade imediata e possuem baixa ou nenhuma experiência de organização sindical e política.

No questionário que aplicamos aos trabalhadores das obras <sup>11</sup>, buscamos observar se os operários possuíam alguma experiência anterior em movimentos, que pudesse

---

<sup>10</sup> Conforme recomendação da 14ª Conferência de Estatísticas do Trabalho da OIT – Organização Internacional do Trabalho – realizada em 1987, “entende-se por greve uma interrupção temporal do trabalho, efetuada intencionalmente por um grupo de trabalhadores com objetivo de impor uma reivindicação, opor-se a uma exigência ou expressar queixa”.

<sup>11</sup> Ao longo de nossa pesquisa de mestrado, utilizamos alguns métodos, como entrevistas semi-dirigidas e questionários aplicados aos trabalhadores destas obras. Definimos esses questionários como *enquete operária*, ou seja, “*instrumento de intervenção adequado para estabelecer o contato com elementos nãoorganizados da classe operária e avaliar o nível da consciência espontânea.*” (THIOLLENT, 1982, p. 114). Não utilizamos de técnicas de amostragem, pois não possuíamos dados que nos permitissem traçar previamente o perfil social destes operários. Por isso, com os dados fornecidos nesta pesquisa não pretendemos alcançar uma representatividade de ordem estatística, mas sim de ordem qualitativa, isto é, para nós a importância de certa ideia não se encontra na frequência ou no número de aparições, mas sim na indicação de tendências que podem ser observadas e confirmadas a partir da análise teórica. Foram aplicados 135 questionários com os operários da obra da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no período de 24/06/2014 e 26/06/2014, no próprio canteiro de obras. Já nas obras das UHE’s de Jirau e Santo Antonio aplicamos 51 questionários de casa em casa no Bairro Juscelino Kubitschek, devido a dificuldades de acesso aos trabalhadores, no período de 07/07/2015 e 10/07/2015. Devido às alterações que julgamos necessárias na enquete, reapplicamos os questionários em 59 operários de Belo Monte no período de

explicar as mobilizações ocorridas e mesmo as táticas que utilizavam. Mesmo que nossa enquete não tenha sido aplicada exclusivamente aos trabalhadores que participaram dessas greves, esta questão poderia demonstrar algum grau de experiência anterior. Conforme os dados obtidos, a maioria dos nossos entrevistados não havia participado de movimentos sociais, mesmo em sindicatos, antes de participarem das greves. Nas três obras, há mais de 90% dos operários sem experiências anteriores. Aqueles poucos que declararam experiência anterior, 4 em Jirau e Santo Antonio, e 13 em Belo Monte, tiveram suas experiências em ordem decrescente de frequência: movimento sindical, associação de bairros, igrejas e um com participação no PT.

Infelizmente, devido o limite do artigo não poderemos descrever detalhadamente as greves com rebelião operária ocorridas nos canteiros de obras das UHE de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte, como fizemos em nossa dissertação de mestrado. Contudo, reproduzimos um quadro-resumo com todos os confrontos trabalhistas nestas obras, e partir disso esperamos ser suficiente para se compreender a distinção entre as greves “tradicionais” e as com rebelião operária.

Assim, a partir da nossa pesquisa, podemos perceber que existem dois grupos distintos de confrontos políticos presentes nestas obras: as greves tradicionais e as greves com rebeliões operárias. Consideramos como greves tradicionais os confrontos acontecidos em 2009 e 2013 nas obras das UHE de Jirau e Santo Antônio e os dois de 2013 na UHE de Belo Monte. Já as greves de 2011 e 2012 ocorridas nas três obras consideramos como greves com rebeliões operárias. Estes dois grupos de confrontos diferenciam-se pela própria processualidade dos acontecimentos, isto é, desde o surgimento ao desenrolar das mobilizações. Ao dividir as mobilizações em dois grupos diferentes de greves não pretendemos fazer uma tipologia, apenas evidenciar suas características para realizar um melhor entendimento de cada grupo de greves.

## Quadro-resumo de confrontos acontecidos na UHE de Belo Monte – 2011-2013

	Novembro e Dezembro de 2011 "Greve dos Maranhenses"	Abril e Maio de 2012	Novembro de 2012	Abril de 2013	Novembro de 2013
Duração	12 de Novembro - 10 de Dezembro	28 de Março - 5 de Abril	12 - 15 de Novembro	5-12 de Abril	26-29 de Novembro
Como caracterizamos	Greve com rebelião	Greve com rebelião	Greve com rebelião	Greve tradicional	Greve tradicional
Direção do movimento	Surgida no movimento	Surgida no movimento	Surgida no movimento, apoio posterior da CSP-Conlutas	Surgida no movimento, apoio da CSP-Conlutas e STICMB	Sindicato
Posição da direção sindical	Intervenção e negociação após iniciados os conflitos; contrário a greve	Intervenção e negociação após iniciados os conflitos; contrário a greve	Contrário a greve	Contrário a greve	Dirigiu todo o processo
Repertório	Interdição da Rodovia Transamazônica; manifestações nos canteiros	Piquetes; bloqueio da Rodovia Transamazônica	Incêndios e destruição de instalações dos canteiros	Assembleias e manifestações	Assembleias
Resultados conquistados	Sem conquistas	Reajuste salarial de 11%; aumento da cesta básica de R\$110,00 para R\$132,00; baixada de 5 dias a cada três meses de trabalho, com passageiros aéreas;	Sem conquistas	Grupo de 100 trabalhadores passaram a se organizar no STICMB e CSP-Conlutas	Reajuste Salarial médio de 11%; reajuste na PLR de 12%; reajuste de 30% na cesta básica

## Quadro-resumo de confrontos acontecidos na UHE de Jirau e Santo Antonio – 2009-2013

	Setembro de 2009	Março e Abril de 2011	Março e Abril de 2012	Abril de 2013
Duração	8-11 de Setembro	Jirau:15 de Março - 11 de Abril Santo Antonio: 21 de março - 4 de Abril	Jirau: 8 de Março - 3 de Abril Santo Antonio: 21 de Março - 3 de Abril	02-12 de Abril
Como caracterizamos	Greve tradicional	Greve com rebelião	Greve com rebelião	Greve tradicional
Direção do movimento	Administrador designado pelo PRT e grupo da base da categoria	Surgida no movimento	Surgida no movimento	Sindicato
Posição da direção sindical	Estava sob intervenção da Justiça do Trabalho	Intervenção e negociação após iniciados os conflitos	Intervenção e negociação após iniciados os conflitos; contrário a greve	Dirigiu todo o processo
Repertório	Manifestações por vias das cidade de Porto Velho, na frente do SINICON	Incêndios e destruição de instalações das obras da UHE de Jirau; manifestações nos dois canteiros	Manifestações nos canteiros e destruição de ônibus das empresas	Assembleias e manifestações
Resultados conquistados		Reajuste salarial de 11%; aumento da cesta básica de R\$110,00 para R\$132,00; antecipação salarial de 5%; baixada de 5 dias a cada três meses de trabalho, com passageiros aéreas; início de negociação de uma Mesa Nacional da Construção Civil para obras do PAC;	7% de reajuste salarial para trabalhadores com salário inferior a R\$ 1500,00 e 5% para aqueles que recebem acima desse valor; não desconto dos dias paralisados;	11% de reajuste salarial médio; reajuste da cesta básica de R\$270,00 para R\$ 350,00

Portanto, enquanto as greves tradicionais são lideradas por indivíduos conscientes e com experiência no movimento, nas greves com rebeliões os confrontos se dão por explosão e as lideranças surgem no decorrer dos acontecimentos. Podemos perceber que o posicionamento político de quem lidera as greves não é determinante dessa diferença, já que as greves de 2009 e 2013 em Jirau e Santo Antônio são lideradas pela direção cutista do sindicato, já a greve de abril de 2013 em Belo Monte foi liderada por um elemento externo à categoria através da participação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Belém (STICMB/Pa) e da CSP-Conlutas, e a de novembro de 2013 pela direção da Força Sindical. Contudo, as greves com rebeliões caracterizam-se por não haver liderança de trabalhadores com experiências em outros movimentos, por isso, a espontaneidade se faz mais presente na consciência dos trabalhadores envolvidos. Outras diferenças decorrem disso: durante as greves tradicionais é mais difícil ver a destruição de estruturas dos canteiros de obras, há pautas elaboradas, nítidas e postas em negociação com os consórcios; já nas greves com rebeliões os operários tendem a utilizar com mais frequência de uma performance violenta, surgem como que por brotamento; as demandas não são colocadas de forma explícita pelos trabalhadores em greve e são mais expressão do desgaste das relações de trabalho, principalmente em decorrência da elevada exploração, opressão e precariedade nos canteiros de construção destas usinas hidrelétricas.

## **O “PEÃO-DE-TRECHO” E O REGIME DE TRABALHO**

A emergência e a processualidade dessas greves com rebelião operária está intimamente ligada ao regime de trabalho imposto aos trabalhadores nos canteiros de obras. Assim, em sua maioria, estas greves são desencadeadas a partir de conflitos existentes no próprio processo de trabalho. Vejamos alguns exemplos, a chamada “Greve dos Maranhenses” em Belo Monte inicia-se a partir da demissão de quatro operários por recusarem-se a fazer uma função que não era a deles. Em abril do ano seguinte, a greve inicia-se em decorrência das reclamações a partir da morte de um trabalhador em um acidente de trabalho. Já em Jirau, a greve de março e abril de 2011 inicia-se a partir de uma briga envolvendo operários e motoristas terceirizados responsáveis pelo transporte dos trabalhadores dentro e fora do canteiro. Para compreender essa relação entre o cotidiano do trabalho e a eclosão das greves, recorreremos a análise de Michael Burawoy acerca dos regimes de trabalho (BURAWOY, 1979 e 1985). O autor empreende uma análise das relações de produção, mas também das relações na produção, ou seja, aborda

um conjunto de elementos que interferem na produção capitalista (ESTANQUE, 2005). Seguindo as elaborações de Marx sobre o mundo fabril, Burawoy busca entender o que é necessário e suficiente para garantir a subsunção da força de trabalho ao capital; para isso, o autor utiliza dois elementos para classificar os regimes fabris ao longo da história<sup>12</sup>. Primeiro, a chave coerção/consentimento, isto é, entender o que leva os trabalhadores a voltarem a trabalhar no dia seguinte. E, também, a relação entre a reprodução da força de trabalho e o processo de produção.

Em suas pesquisas, Burawoy faz toda uma análise a partir de elementos empíricos captados através da observação participante em diferentes fábricas pelo mundo. Demonstrando a necessidade de compreender profundamente quem é o trabalhador em questão e o processo de trabalho que é submetido. De certa maneira, buscamos fazer o mesmo, desta forma buscamos entender quem são “os peões-de-trecho” e sobre que condições trabalham nas obras de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte.

Como pôde-se perceber, a menor observação nos canteiros de obras e nos diálogos travados com os operários, assim como, também, por meio da pequena literatura existente sobre a temática, o trabalhador da construção civil possui um perfil diferenciado do operariado clássico brasileiro, principalmente por seu caráter itinerante. Contudo, existe ainda uma subcategoria neste perfil que é o trabalhador de grandes projetos, ou seja, aqueles operários que são responsáveis pela execução de grandes obras, como usinas, aeroportos, portos e estradas, entre outros. A literatura não cunhou um termo definitivo, tampouco os próprios trabalhadores o fizeram; há aqueles que os chamam de “barrageiros” e outros que se utilizam do termo “peão-de-trecho”. O primeiro nome designa, especificamente, aqueles operários que se ocupam na construção de barragens e usinas hidrelétricas, com foco principal no norte do Brasil; já o segundo termo vem daqueles que se ocupam na construção de “trechos” de estradas. Ambos designam setores existentes nas obras estudadas por nós, porém, a partir da pesquisa de campo, percebemos que há maior presença de operários “de-trecho” e, além disso, o termo “peão-de-trecho” nos pareceu mais abrangente, englobando maiores setores da categoria.

Primeiramente devemos perceber que o “peão-de-trecho” possui um perfil geral masculino, jovem e escolaridade na média dos padrões educacionais brasileiros. Cerca de 70,20% dos entrevistados possuem idade inferior a 35 anos e com presença descendente

---

<sup>12</sup> Em nenhum momento o autor buscou estabelecer tipos ideais, por isso, obviamente, em nossa caracterização, há elementos intercambiáveis.

a partir desta marca. Esta constatação é de se esperar em um tipo de trabalho extremamente desgastante e que exige afastamento da família e, na maioria das vezes, dos locais de origem. Outro elemento de conhecimento comum sobre a categoria dos trabalhadores da construção civil é o seu caráter migratório e os dados coletados em nossa enquête corroboram essa ideia, assim a maioria dos entrevistados não são originários dos estados em que as obras se realizam e também residiram e trabalharam em diversos estados do país, alguns, inclusive, no exterior.

Elementos colhidos em nossa observação e através da revisão bibliográfica levam-nos a entender que os setores mais precarizados da classe trabalhadora, com pouco acesso a direitos mínimos, como a carteira assinada, veem nos grandes projetos a possibilidade de conquistar melhores condições de vida, o que não seria viável se ficassem em suas cidades de origem. São trabalhadores que, em suas cidades de origem, estariam vivendo a partir de bicos, trabalhos informais e instáveis, em dupla jornada, na área rural, ou seja, toda uma gama de trabalhos com baixa ou nenhuma estabilidade e restrito acesso a direitos conquistados pela classe trabalhadora ao longo do último século. Elementos considerados básicos para o operariado industrial urbano, como 13º, seguro-desemprego, férias remuneradas, indenização, e outros, tornam-se atrativos a essa parcela da população para se inserir nessas obras.

Mas além do acesso a direitos, não podemos afastar a hipótese de que alguns setores dos trabalhadores buscam trabalhar em grandes obras com o objetivo de receber mais do que em trabalhos “na cidade”. Relatos que demonstram a busca pelo acúmulo de bens, “fazer o pé-de-meia”, atingir o sonho da casa própria, enfim tudo aquilo que faz acreditar que os “peões-de-trecho” assim são por receberem mais nas grandes obras do que em empregos na sua cidade de origem.

Após o breve entendimento de quem são os trabalhadores das construções destas UHE, passemos a entender o regime de trabalho que estão submetidos estes operários. Assim, Burawoy (1990) partirá de um elemento-chave para entender as relações na produção, “*a dependência dos trabalhadores em relação à venda de sua força de trabalho*”, mas percebe que o regime descrito por Marx (despotismo de mercado) é uma exceção ao longo da história, havendo, portanto, alterações nos regimes fabris. Marx já havia percebido que o capitalismo competitivo não iria persistir, e a história confirma isto, contudo, seu desaparecimento não leva ao advento do socialismo, mas sim, segundo Burawoy, do capitalismo monopolista, o qual colocará as relações nas fábricas em outro patamar.

O autor faz toda uma análise a partir de elementos empíricos captados através da observação participante em diferentes fábricas pelo mundo. Identificando a presença de três períodos de predominância de regimes fabris diferentes: o despotismo fabril, o hegemônico e o despotismo hegemônico. Não é nossa intenção reconstituir essa análise, mas, a partir de alguns de seus elementos, caracterizar o regime de trabalho dos operários das obras das UHE de Belo Monte, Jirau e Santo Antonio.

Desta forma, acreditamos que a relações *de* e *na* produção em um grande projeto, como as obras de usinas hidrelétricas do PAC, ainda podem ser caracterizadas como um regime fabril despótico. Ou seja, os operários eram coagidos a vender a sua força de trabalho sob as condições designadas pela burguesia, havendo pouco consentimento, ou seja, havia maior vigilância e autoritarismo do capital sobre o trabalho, intensificação da extração da mais-valia absoluta e, principalmente, a unidade entre a reprodução da força de trabalho e processo de produção. Assim, presenciam-se dois elementos centrais a partir da classificação de Burawoy: o trabalhador é levado a trabalhar mais pela coerção do que pelo consentimento; e, existe uma forte unidade entre a reprodução da força de trabalho e o processo de produção. Acreditamos que alguns elementos podem comprovar isso.

Antes de mais nada, é necessário considerar que nos canteiros de obras existe uma estrutura hierárquica consideravelmente rígida e muito bem estabelecida, podemos perceber isso através da literatura na área, especificamente Coutinho (1980), e da observação em campo podemos perceber que o trabalho no canteiro de grandes projetos, como Belo Monte, Jirau e Santo Antonio. Toda a ascensão nesta estrutura hierárquica ocorre através dos anos de experiência e da boa relação com os superiores – são estes que concedem a elevação de nível.

O primeiro elemento que nos leva a identificar um regime despótico fabril é a busca e a execução de horas-extras no trabalho na construção civil, como percebem Sousa (1983) e Ribeiro (2008). O trabalho além da jornada regulamentada pela CLT é algo comum e esperado pelos dois lados da relação de trabalho na construção civil. Ainda mais por se tratar de um grande projeto, no qual sua temporalidade faz com que os trabalhadores busquem “fazer a vida” naquela obra (RIBEIRO, 2008).

O “peão-de-trecho” aparenta ser acostumado com o ritmo intenso de trabalho destas obras e pela vontade de conseguir o maior rendimento possível. Isto é, através das ampliações das jornadas de trabalho como as descritas aqui, estes operários buscam “fazer a vida” em uma grande obra.

Desta forma, muitos trabalhadores nos relatam que um dos motivos de irem trabalhar nas obras é exatamente a possibilidade de fazer muitas horas-extras, afinal, pela magnitude das obras sempre haverá muito trabalho necessário. Além de que muitos reclamam do não pagamento das horas corretamente ou mesmo de não se acrescentar 100% nas horas-extras de domingo. Como, por exemplo, Viola nos relata:

Quando tinha feriado que era pra trabalhar, eles trocavam o feriado pelo sábado. Ou seja, eles trocavam um dia 100% por um dia normal, eles davam folga num dia de feriado, que era um dia pra ganhar 100%, pra ganhar uma extra, por um sábado que era nosso dia de folga. Por que quando a gente foi contratado por aqui, pela capital aqui em Belém, eles prometeram uma coisa e quando chegamos lá, vimos que não era o que eles tinha prometido. Falaram que ia ter muita hora, que os funcionários iam trabalhar em cima de hora, que ia dar pra tirar um bom dinheiro.<sup>13</sup>

Este operário nos faz perceber como uma das características dos “peões-detrecho” é exatamente ter como objetivo fazer muitas horas-extras para complementar o salário e assim, fazer compensar o deslocamento para as obras. Por isso, não conseguir realizar essas horas-extras é um dos elementos de descontentamento dos operários com as obras e pode gerar um ímpeto de mobilização.

Devido aos baixos salários pagos, os capitalistas da construção civil garantem maiores taxas de mais-valia da sua forma mais direta, e forçam estes operários a trabalharem sob essas condições, buscando fazer horas-extras exatamente para ter os rendimentos necessários para a reprodução da sua força de trabalho.

Além do aumento da jornada de trabalho através das horas-extras, as grandes empreiteiras ampliam a extração de mais-valia através da intensificação do ritmo de trabalho. Isso pode ser percebido pelo elevado número de acidentes do trabalho presentes nas obras. Não conseguimos ter acesso ao número de acidentes e/ou mortes no trabalho nas três obras aqui estudadas, contudo alguns acidentes conquistaram notoriedade nacional<sup>14</sup>. Além disso, o consórcio construção de Santo Antonio (CSAC) foi condenado a ter uma política mais extensiva de segurança do trabalho e prevenção de acidentes

---

<sup>13</sup> Entrevista realizada em 13/6/2014.

<sup>14</sup> Em uma busca rápida na internet contendo as palavras “Acidentes” “jirau”, “Santo Antônio” e “Belo Monte”, no dia 8/11/2014 encontramos 16 noticiais de sete órgãos de imprensa diferentes, relatando 13 mortes, sendo 6 em Jirau, 2 em Santo Antonio e 5 em Belo Monte. Além destes, foram contabilizados seis trabalhadores acidentados na UHE Santo Antonio. Ao ler as reportagens é nítido que a maioria dos acidentes acontecem com funcionários de empresas terceirizadas. As noticiais datam entre 16/7/10 e 16/7/14.

devido às constantes reclamações dos trabalhadores ao Ministério Público e à continuidade excessiva de acidentes.

Outra característica recorrente no trabalho da construção civil, segundo nossa pesquisa de campo, é o desvio de função. Parece-nos que é algo tão corriqueiro que não causa grande importância para os operários, mas, mesmo assim, vários trabalhadores nos relataram ser contratados para exercer determinado cargo e na verdade executar outro. E ao relatarem isto é constante a percepção de que aqueles operários que não realizam as funções que não lhe são legalmente atribuídas são considerados preguiçosos e podem ser demitidos, aliás por ameaça de superiores. Como o vibradorista José Ferreira relata:

As vezes o cara que ligava o concreto não ia, ai ele destacava um ajudante pra fazer a função do cara, ai era quem ficava lá com o cara da betoneira. Ai a gente não podia bater o pé, né? De dizer “não, eu não vou, que sou ajudante, esse cara é contratado ai”, não podia falar isso, por que o encarregado já ia chiar: ‘porra, não quer trabalhar não, é?’ Então o que o cara pedia pra fazer, a gente fazia.”<sup>15</sup>JOSÉ FERREIRA

O processo de produção da construção, com oscilações na demanda por mão-de-obra, e a própria limitação temporal da obra fazem com que o setor da construção civil seja marcado pela elevada rotatividade<sup>16</sup> da mão-de-obra. Assim, conforme o DIEESE<sup>31</sup> (2014) a partir dos dados da RAIS<sup>17</sup>, a Construção é o setor com taxa de rotatividade mais alta no Brasil atualmente, com taxa de 115% em 2013 e taxa descontada de 88,1%<sup>18</sup>. Muito superior a setores como, por exemplo, a Indústria de transformação que encontra-se em 6º lugar no país, com taxa de 52,4% e taxa descontada de 35,4%.

Segundo o DIEESE (2014), o tempo de emprego no Brasil caracteriza-se pela curta duração, que não atinge 12 meses de trabalho. Também observamos o alto índice de rotatividade nas obras de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte, assim como a baixa duração dos contratos. Segundo a enquete que aplicamos, a maioria dos trabalhadores questionados possuía menos de 12 meses de trabalho.

---

<sup>15</sup> Entrevista realizada em 9/7/2015.

<sup>16</sup> Segundo o DIEESE (2014), a rotatividade é “considerada como a comparação da movimentação anual em relação ao estoque médio de empregos de cada ano”, isto é, a relação do valor mínimo entre o total de admissões e desligamentos anuais com o estoque de empregos.

<sup>17</sup> Relação Anual de Informações Sociais

<sup>18</sup> A taxa de rotatividade envolve todos os desligamentos no período, independente do motivo. Na taxa de rotatividade descontada exclui-se aqueles desligamentos por escolha do trabalhador, como observa o DIEESE(2014), deve se relativizar esta taxa descontada, pois algumas vezes o trabalhador pode ser levado a se demitir pelo empregador, com situações de assédios, pelas condições de trabalho, baixos salários e etc.

Ou seja, a partir destes quatro elementos, demanda por horas-extras, intensificação do ritmo de trabalho, desvio de funções e elevada rotatividade no emprego, que prejudicam a vida do trabalhador e aumentam a extração de mais-valia pelas empresas, percebemos que há coerção para que a força de trabalho torne-se trabalho realizado. E esta coerção se dá por dois motivos: há uma rígida estrutura hierárquica do processo de produção de uma obra, que faz com que os operários dependam diretamente da aprovação de seus superiores, mas também pela coerção física através da presença de força repressivas nos canteiros, como a Força de Segurança Nacional.

Além disso, como demonstramos acima, os “peões-de-trecho” parecem migrar de uma região do país para outra em busca de grandes projetos exatamente por serem parcelas da classe trabalhadora desprovidas de direitos assegurados pelo Estado. Portanto, para esta subcategoria profissional a reprodução da força de trabalho depende centralmente da atividade produtiva. Isto é, a única forma do trabalhador garantir a continuidade da sua capacidade de trabalho encontra-se no próprio salário. Afinal, anteriormente à alocação da sua força de trabalho nas grandes obras, não possuíam acesso aos direitos trabalhistas, como carteira assinada, 13º salário, FGTS, seguro-desemprego, que lhes garantisse condições mínimas de vida.

## **A INFLUÊNCIA DA ESTRUTURA SINDICAL**

A nosso ver, o fato de a maioria das greves acontecerem por fora do aparato sindical, muitas vezes a contragosto da direção do sindicato e com a destruição de equipamentos e estruturas das obras está fortemente relacionado às características da estrutura sindical brasileira. Por isso, para entendermos por que estes operários decidiram se mobilizar desta maneira é preciso compreendermos como o sindicato se constituiu no Brasil e como se relaciona com os trabalhadores, o patronato e o Estado.

A estrutura sindical brasileira é um todo de relações, algumas regulamentadas pela lei, que envolvem burocratas do Estado, sindicalistas e trabalhadores, e materializam-se em aparelhos, tais como os sindicatos oficiais, as federações, confederações e centrais sindicais, além das entidades que formam a Justiça do Trabalho. A forma como organiza-se esse aparelho sindical faz com que o sindicato oficial, enquanto ramo subalterno do aparelho de Estado, esteja subordinado à cúpula da burocracia estatal. Isto é o que Boito (1991) chama de sindicalismo de Estado.

Todo sindicato, para constituir-se como tal, precisa de representatividade perante os trabalhadores e capacidade de negociar com os patrões. Ao longo da história e nos mais

diversos países registram-se várias formas de se conquistar isto; no caso brasileiro, quem concede estas duas funções a um sindicato é o Estado, através de três elementos essenciais: 1) a investidura sindical, 2) a unicidade sindical e 3) as contribuições sindicais obrigatórias (BOITO, 1991).

Esses três elementos levam o sindicato a depender mais do Estado do que dos trabalhadores que deveriam ser representados, pois permitem que os dirigentes sindicais, mesmo os não “pelegos”, não dependam política e financeiramente dos trabalhadores que representam, mas sim do Estado, que é a instituição que pode garantir a sua existência como sindicato, concedendo-lhe tanto capacidade de representação quando recursos materiais (BOITO, 1991).

Se o sindicato depende mais do Estado do que dos trabalhadores, tornando um ramo subalterno do aparelho de Estado, e este Estado tem por objetivo permitir que a burguesia continue e amplie a exploração sobre os trabalhadores, no limite, para Boito (1991), a função prioritária do sindicalismo de Estado é a desorganização dos trabalhadores, já que favorece "o peleguismo, a ausência de organização sindical nos locais de trabalho, o assistencialismo e a organização fragmentada por categorias profissionais"(BOITO, 1991, p.39).

Obviamente, houve transformações na estrutura sindical brasileira desde que Armando Boito formulou sua tese acerca do sindicalismo de Estado, principalmente no campo político. Contudo, a essência do sindicalismo brasileiro se mantém, através dos elementos tratados acima. Inclusive, a principal transformação no campo legal desde então, que é a Lei das Centrais Sindicais, ao invés de acabar ou ao menos diminuir a dependência dos sindicatos perante o Estado, na verdade, atrela ainda mais o sindicalismo ao Estado, fazendo com que até mesmo as centrais sindicais busquem o reconhecimento estatal e sejam financeiramente dependentes do Imposto Sindical. Também percebemos que os dirigentes sindicais brasileiros, independente das vertentes políticas, possuem grande responsabilidade nesse atrelamento, exatamente por não procurarem novas e diferentes formas de organização sindical, mantendo o sindicalismo de Estado como única ou considerando-a melhor forma de organização dos trabalhadores. Sem a conivência das mais diversas correntes sindicais ao longo de quase um século de sindicalismo de Estado esta estrutura não teria se mantido.

## CONCLUSÃO

Antes que milhões de jovens e trabalhadores saíssem às ruas nas “Jornadas de Junho” em 2013 e o Brasil fosse tomado por greves em 2012 e 2013, recolocando os movimentos sociais nas capas dos noticiários do Brasil e iniciando um processo de instabilidade dos governos em todos seus níveis. Os anos de 2011 e 2012 foram marcados pelas mobilizações dos operários da construção civil do país. Em todos os cantos, operários mobilizavam-se e decidiam pela paralisação de grandes projetos, nas obras das usinas hidrelétricas do norte do Brasil, nos estádios da Copa do Mundo de Futebol de 2014, nas obras dos complexos de SUAPE, COMPERJ, em obras de portos e aeroportos por todo o país.

Ao longo deste trabalho buscamos entender esses movimentos através da análise das greves com rebelião operária ocorridos nas obras das UHE de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte entre 2011 e 2013, a partir do entendimento dos motivos que levavam que os trabalhadores se mobilizassem da forma como fizeram.

Um primeiro conjunto de fatores desencadeadores diz respeito às relações de trabalho, como a permanência de um regime despótico fabril nos canteiros de obras. Assim, os operários são coagidos a vender a sua força de trabalho nas condições fixadas pela burguesia, através da exacerbação da vigilância e autoritarismo, que nas obras se dão pela rígida estrutura hierárquica imposta aos trabalhadores e pela presença constante de forças repressoras do Estado, como a PM e FSN; intensificação da extração da mais-valia absoluta, atingida através da demanda por horas-extras, aumento do ritmo de trabalho, pelos desvios de função e pela elevada rotatividade no emprego na construção civil; e, principalmente, pela unidade entre a reprodução da força de trabalho e processo de produção, afinal os “peões-de-trecho” parecem migrar para as obras exatamente por serem uma parcela da classe trabalhadora desprovida de direitos, como carteira assinada, 13º salário, FGTS, seguro-desemprego.

Um segundo elemento detonador dessas mobilizações são as características dos “peões-de-trecho”: o objetivo de “fazer a vida” faz com que sejam obstinados em atingirem maiores rendimentos, para isso podem fazer muitas horas-extras, mas quando rompem com essa ideia de ascensão social, também podem fazer mais greves. Soma-se a esse fato a diferença entre a expectativa de salário que estes trabalhadores têm ao irem trabalhar nas obras, alimentada por outros trabalhadores, ou encarregados e agenciadores que cooptam mão-de-obra nas cidades de origem.

Portanto, este conjunto de elementos torna a experiência de trabalhar neste tipo de obra extremamente alienadora e mais desgastante do que as relações de trabalho normalmente encontradas sob o modo de produção capitalista. Ao enfrentar tal situação não restam muitas opções aos trabalhadores, são elas: o consentimento, a demissão individual e, por fim, a revolta contra estas condições.

Naquelas ocasiões que os operários decidiram coletivamente pela revolta foram quando despontaram as greves, principalmente, aquelas que classificamos como com “rebelião operária”. Contudo, ao fazê-lo tiveram que enfrentar a estrutura sindical brasileira que os afastava de uma direção sindical que pudesse organizá-los para as conquistas almeçadas. Com isso, manifestaram-se de maneira mais espontânea possível, inclusive recorrendo algumas vezes a uma performance violenta.

Mas, principalmente, o que nosso trabalho espera demonstrar ao analisar as greves por rebelião operária é que talvez sejam os processos mais dinâmicos da classe trabalhadora no último período estão passando longe do movimento sindical brasileiro, independente das matizes político-ideológicas das direções sindicais. Assim, as greves aqui abordadas sinalizam ao movimento sindical a necessidade de reestruturar de fato, repensando métodos, práticas e mesmo a estrutura.

No frígir dos ovos, a estrutura sindical brasileira que transforma os sindicatos em instituições de desorganização da classe trabalhadora, ao reproduzir a ideologia burguesa e limitar a ação sindical à legalidade do Estado burguês, também funciona como uma restrição às greves dos “peões-de-trecho”. Para os quais, o sindicalismo de Estado brasileiro faz com que não possam contar com seu próprio sindicato para solucionar os confrontos existentes nos canteiros de obras, pois estes parecem mais atrelados ao Estado e aos consórcios construtores do que aos trabalhadores.

Esse fato, associado à ausência de indivíduos com experiências em movimentos sociais anteriores, faz com que a mobilização dos operários seja expressão do que tem de mais espontâneo em sua forma de pensar. Por isso, ao recorrerem às greves não fazem de uma forma planejada e analisada previamente, mas sim expressando todo seu descontentamento com as condições de trabalho, salário e vida nas obras da forma mais imediata.

Por fim, apesar das contradições e no pouco saldo que possamos perceber dessas mobilizações, nas condições e conjuntura que estavam colocadas àqueles trabalhadores, o simples ato de se rebelar contra tudo o que passavam já é uma vitória extraordinária e tem consequências para além do que podemos perceber no calor dos acontecimentos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOITO JR, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: HUCITEC, 1991.
- BOITO JR, Armando; MARCELINO, Paula. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. *Cadernos CRH*, Salvador, v.23, n.59, 2010, p.323-338.
- BURAWOY, Michael., *Manufacturing Consent: Changes in the Labor Process Under Monopoly Capitalism*. Chicago: University of Chicago Press, 1979
- BURAWOY, Michael., *The Politics of Production*. Londres, Verso. 1985
- BURAWOY, M. *A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado*. RBCS, n. 13, 1990
- CAMPOS, Cauê Vieira. *Conflitos trabalhistas nas obras do PAC: o caso das Usinas Hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte*. Dissertação de Mestrado, Campinas, 2016.
- COUTINHO, R. L. *Operário da construção civil: urbanização migração e classe operária*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- DIEESE. Os números da Rotatividade no Brasil: Um olhar sobre os dados da RAIS 2002-2013. São Paulo: DIEESE, 2014
- ESTANQUE, Elísio. O Despotismo Fabril: violência e poder numa empresa industrial do calçado, *Revista Portuguesa de História*, FLUC - Coimbr, 37, 131-152, 2005
- GALVÃO, Andreia; TROPIA, Patrícia; MARCELINO, Paula. *A reorganização da esquerda sindical nos anos 2000: as bases sociais e o perfil político-ideológico de CTB, Intersindical e Conlutas*. IIE Conférence Internationale Grèves et Conflits Sociaux, Dijon, 2013.
- GALVÃO, Andréia. *O sindicalismo enquanto movimento social: enfrentando rupturas e dicotomias*. In: 38º Encontro Nacional da ANPOCS, 2014, Caxambu. GT 14 entre as ruas e os gabinetes: institucionalização e constestação nos movimentos sociais latino-americanos, 2014<sup>a</sup>
- GALVÃO, A.. A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro. *Crítica Marxista* (São Paulo), v. 38, p. 103-117, 2014b.
- PAC, Comitê Gestor do PAC. *Balanço Completo do PAC – 4 anos (2007 a 2010)*, 2010. PAC, Comitê Gestor do PAC. *Lançamento PAC 2*, 2010
- PAC, Comitê Gestor do PAC. *Balanço Completo do PAC 2– 4 anos (2011 a 2014)*, 2014
- VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. *Brasil em obras, peões em luta, sindicatos surpreendidos*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, p. 111-136, 2014.
- VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. *Suape em construção, peões em luta: o novo desenvolvimento e os conflitos do trabalho*. *Caderno CRH* (UFBA. Impresso), v. 26, p. 233252, 2013.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *Empresas Transnacionais. Um Grande Projeto Por Dentro*. SÃO PAULO, SP/RIO DE JANEIRO: MARCO ZERO/ANPOCS., 1991.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *O Capital da esperança*. Brasília: UnB, 2008.
- SOUSA, Nair Heloísa Bicalho. *Construtores de Brasília: Estudo de Operários e sua participação política*. Petrópolis: Vozes, 1983.

TATAGIBA, Luciana. *1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil*. Política e Sociedade, vol. 13, n. 28, setembro/dezembro, 2014, p. 35-62.

THIOLLENT, Michel. *Critica metodológica, investigação social e enquete operária*. 3. ed. São Paulo, SP: Polis, 1982.

THIRY-CHERQUES, H. R. *Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento*. Revista PMKT. n.3, p.20-27, 2009